

Anais

VII

Seminário Internacional

políticas culturais

17 a 20 de maio de 2016- Rio de Janeiro

Organizadores:

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Adélia Zimbrão

Deborah Rebello Lima

**Itaú
cultural**

OBSERVATÓRIO
ITAÚ CULTURAL

10
ANOS

Edição: Fundação Casa de Rui Barbosa



ISBN: 978-85-7004-337-5

Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais

Organizadores:

Lia Calabre

Maurício Siqueira

Adélia Zimbrão

Deborah Rebello Lima

17 a 20 de maio de 2016 – Rio de Janeiro

Seminário Internacional Políticas Culturais (7. : 2016 : Rio de Janeiro, RJ)
Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, 17 a 20 de maio de
2016, Rio de Janeiro / Organizadores: Lia Calabre... [et al.] – Rio de Janeiro : Fundação
Casa de Rui Barbosa, 2016.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World WideWeb:

<<http://www.culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/>>

ISBN: 978-85-7004-337-5

1. Política cultural. I. Calabre, Lia, org. II. Siqueira, Mauricio, org. III. Zimbrão,
Adélia, org. IV. Lima, Deborah Rebello, org. V. Fundação Casa de Rui Barbosa. VI. Título.

CDD 306

[Voltar ao Índice dos Trabalhos](#) ↻

PONTOS DE CULTURA: O MUNDO QUE VI

Cesar de Mendonça Pereira¹
Milene Morais Ferreira²

RESUMO: O presente trabalho abordou a ação prioritária do Programa Cultura Viva: os Pontos de Cultura. Buscamos analisar a subsistência dos Pontos de Cultura nos municípios de Recife e Olinda por meio de uma pesquisa qualitativa. Pela qual identificamos os Pontos de Cultura em atuação e seus respectivos gestores; suas atividades; os benefícios advindos do fato da instituição tornar-se um Ponto de Cultura e, suas novas formas de subsistência. Percebemos que nem todos os Pontos, localizados nos municípios de Recife e Olinda, que estão devidamente cadastrados e conveniados com a Fundarpe estão desempenhando suas atividades. Concluímos que o Programa contribuiu para o fortalecimento da legitimidade e credibilidade perante outros parceiros, possibilitou a articulação em redes com Pontos diversos de todas as regiões do país e ampliou a mobilização de recursos da instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade, Cultura Viva, Pontos de Cultura.

1. INTRODUÇÃO

Ao nos deslocarmos, costumamos notar as placas indicando preservação de patrimônio cultural ou pensar na expressão característica de cada região? O patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade, a criatividade dos povos e a riqueza das culturas. Reúne todos os bens seja ele material ou imaterial. Preservar o patrimônio é resgatar a memória e a identidade de um povo entendendo, antes de tudo, a importância do patrimônio para um reconhecimento histórico posto que ao preservá-lo, sua memória também é preservada. Sabendo deste valor, sentimos a necessidade de elaborar este trabalho.

Danças, canções, festas e outras atividades culturais, comidas típicas, artesanato, jogos, religiosidade, brincadeiras, rituais, mitos, idiomas e dialetos característicos, adivinhações, provérbios, contos, causos, lendas, crenças e superstições constituem o legado de um povo, herança que com ele nasceu e se desenvolveu, pois os costumes são adquiridos através de tradições e

¹ Analista em Ciência e Tecnologia da Fundação Joaquim Nabuco e Doutorando em Ciências da Cultura na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – UTAD/Portugal. cesar.pereira@fundaj.gov.br

² Estudante do curso de Ciências Sociais da UFPE, estagiária da Coordenação Geral de Estudos Educacionais da Fundação Joaquim Nabuco. milenemorais2008@gmail.com

transmitidos de geração em geração. Geralmente, a atenção é voltada para essas particularidades, com a chegada de determinada época do ano. Quando, devido a sua tradição, uma localidade se destaca entre as demais. No carnaval, por exemplo, Recife e Olinda comemoram sem igual. No São João, Caruaru é abrigo do evento cultural. Já no friozinho do inverno, a procura é grande por Garanhuns, onde se encontra o Festival de Inverno de Garanhuns, o maior festival de arte e cultura de Pernambuco.

Em uma tentativa de valorizar a cultura popular, que pode ser definida como qualquer manifestação em que o povo produz e participa de forma ativa, o Ministério da Cultura, na primeira gestão do então Ministro Gilberto Gil, instituiu, através da Portaria Nº 156 de 6 de julho de 2004, o Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva, uma rede orgânica de criação e gestão cultural, cuja principal ação é os Pontos de Cultura. O Programa Cultura Viva objetiva reconhecer e potencializar ações culturais, já desenvolvidas por setores historicamente esquecidos das políticas públicas, procurando criar condições de desenvolvimento econômico alternativo e independente para a sustentabilidade da comunidade. Dessa forma, à medida que os movimentos sociais são reconhecidos como sujeitos de manifestações culturais legítimas, os poderes locais passam a respeitá-los e a reconhecê-los.

Em 4 de outubro de 2007, através do Decreto 6.226, o Governo Federal lançou o Programa Mais Cultura, que sinalizava investimento de 4,7 bilhões de reais na área cultural no período de 2007 a 2010. O Programa Mais Cultura apresenta três linhas de ação, a saber: Cultura e Cidadania, Cidade Cultural e Cultura e Renda. O Programa Cultura Viva está inserido na linha de ação Cultura e Cidadania, portanto contemplado pelo Mais Cultura.

Visando à implementação descentralizada de ações do Programa Mais Cultura, o Ministério da Cultura firmou acordo de cooperação técnica com o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (Fundarpe) em 8 de maio de 2008. Dando continuidade ao processo de implementação do Mais Cultura, a Fundarpe lançou edital em 30 de junho de 2008, visando à criação de 10 Pontos de Cultura em cada uma das 12 Regiões de Desenvolvimento (RD) do Estado, totalizando 120 Pontos de Cultura, conveniados diretamente com a Fundarpe com recursos oriundos do Mais Cultura.

O idealizador dos Pontos de Cultura, Célio Turino (2009: 167), explica como acontece o processo: “o ministério transfere recursos e são os estados ou municípios de grande porte que lançam editais e transferem recursos para as entidades, além de fazer o acompanhamento” e destaca as muitas vantagens deste novo processo “o Ponto de Cultura tornar-se política de Estado, realizada pelos diversos entes federados...; agrega novos recursos... e torna a seleção e acompanhamento mais próximos da realidade local”.

O presente artigo originou-se de um subprojeto e, tem por objetivo analisar a subsistência dos Pontos de Cultura nos municípios de Recife e Olinda. O subprojeto, “Pontos de Cultura:

a quantas andam?”, é resultado de um projeto maior, denominado “A estadualização dos Pontos de Cultura no Estado de Pernambuco” que tem como objetivo geral avaliar os Pontos de Cultura do Estado de Pernambuco conveniados diretamente pela Fundarpe, a fim de subsidiar aqueles que trabalham com políticas públicas culturais no Estado. A realização deste trabalho foi possível por estar inserido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq da Fundação Joaquim Nabuco.

O trabalho torna-se relevante por investigar os Pontos de Cultura nos municípios de Recife e Olinda e estabelecer um contato direto com uma importante política pública cultural, já que os Pontos de Cultura surgem em uma tentativa de atender à transversalidade da cultura através da gestão compartilhada entre poder público e comunidade.

A pesquisa visa perceber como os Pontos de Cultura estão funcionando; quais as atividades que são desenvolvidas nos Pontos e, como elas são mantidas, levando em consideração os recursos disponibilizados pelo poder público. Outro alvo de discussão está relacionado ao fato de tornar-se Ponto de Cultura, evidenciando as mudanças ocorridas através deste fato, como por exemplo, os benefícios que os Pontos trazem para a comunidade.

Pensar Pontos de Cultura compreende pensar alteridade, a qual envolve julgamentos de valor; a aproximação com o outro e o conhecimento do outro. Assim como a frase sugestiva: “Eu sou um outro” (RIMBAUD apud. LEITÃO, 2009, p. 31.). O outro sempre se encontra incluído em todas as expressões do eu. O exercício do autoestranhamento nos incita a refletir sobre o que somos; sobre o que excluímos de nós e o que nos falta, ou ainda melhor, sobre o que poderemos vir a ser.

Segundo o antropólogo F. Laplantine (2003), a experiência da alteridade (e a elaboração dessa experiência) leva-nos a ver aquilo que nem teríamos conseguido imaginar, dada a nossa dificuldade em fixar nossa atenção no que nos é habitual, familiar, cotidiano, e que consideramos ‘evidente’. Aos poucos, notamos que o menor dos nossos comportamentos (gestos, mímicas, posturas, reações afetivas) não tem realmente nada de ‘natural’. Começamos, então, a nos surpreender com aquilo que diz respeito a nós mesmos, a nos espiar. Sendo assim, o conhecimento antropológico da nossa cultura passa inevitavelmente pelo conhecimento das outras culturas; e devemos especialmente reconhecer que somos uma cultura possível entre tantas outras, mas não a única.

A estrutura dos Pontos de Cultura acolhe a diversidade e a heterogeneidade dos grupos que os compõem, assim, é necessário pensar e observar confluências e alteridades e construir uma visão de futuro. A afirmação do sociólogo português Boaventura de Souza Santos (2003), permite pensar de forma relativista a questão entre igualdade e diferença. Afinal, é a partir do reconhecimento e da valorização da diferença que se consegue enfrentar a desigualdade:

(...) Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (SANTOS, 2003, p.56).

Cada cultura, como pressupõe o relativismo cultural, tem uma forma de expressão específica. Dessa forma, trata-se de pregar que a atividade humana individual deve ser interpretada em contexto, nos termos de sua própria cultura. Toda cultura é fruto de recombinação, de emissão, conexão e reconfiguração. Quanto mais heterogênea e diversa for uma cultura, mais rica e estável ela será.

A maior contribuição que o programa Cultura Viva apresentou foi o fato de evidenciar que diversos sujeitos que atuavam anonimamente na sustentação da diversidade cultural necessitam do apoio e do reconhecimento do estado, mas que este também necessita deles com a mesma urgência. O que está, hoje, em processo ativo nos Pontos é um circuito de reinventar e inventar o tradicional nos formatos que bem entender, com os suportes que bem arrumarem na marra e no jeito que der para colocar a cara na rua.

2. PONTOS DE CULTURA

As manifestações culturais populares condensam a “essência” da cultura de um povo, e, portanto, de sua identidade nacional, que se refere ao conjunto de sentimentos, os quais fazem um indivíduo sentir-se parte integrante de uma sociedade ou nação. Isto ocorre, conforme o pensamento de Fiorin (2009), a partir de uma consciência de uma única identidade ou como forma de alteridade, buscando demonstrar a diferença com relação a outras culturas.

Montes (2007) traz a perspectiva da cultura como elemento de reconstrução de identidades. Para ela, A identidade não é uma coisa, algo que alguém carrega consigo, como o CPF e o RG, mas uma construção da cultura na vida social, que se dá sempre pelo contraste com o outro, pois, só o outro nos coloca a questão de nossa identidade e só ele nos obriga a dizer quem somos.

A identidade, conforme postula Hall (2006), emerge na interação com o meio social, uma vez que nos constituímos como sujeito no outro, pois não nascemos completos. Nos conhecemos a nós mesmos pelo que supomos sermos vistos pelo olhar do outro.

Já que, o convívio social promove a assimilação da identidade do grupo, além de sua veiculação pela mídia, tradições e mitologia. Identidades são criações, por isso são frágeis, suscetíveis a distorções, simplificações e interpretações variando entre os indivíduos. Segundo Fiorin (2009), há dois princípios que regem as culturas, e se definem pela exclusão e pela participação. A exclusão se manifesta por meio da triagem e segregação dos indivíduos, já a participação promove a heterogeneidade e a expansão cultural. A síntese da cultura consiste na definição de fatores de integração nacional, baseados na língua, monumentos históricos, modelos de virtudes nacionais etc.

Segundo Fichtner (2008), a diversidade cultural é definida por muitos em termos de raça, gênero e etnia. Há aqueles para os quais a concepção é mais ampla envolvendo as possíveis diferenças entre os seres humanos. Há grupos em que todos defendem a sua cultura como identidade coletiva, eles possuem uma característica específica, consideram a diferença como um absoluto e a alteridade dos outros aparece como uma ameaça.

Os Pontos de Cultura são centros de atividades culturais comunitárias que formam artistas e desenvolvem atividades diversas onde a cultura aparece como ação viva, como prática social, política e como direito do cidadão. As práticas dos Pontos de Cultura são basicamente processos que têm uma dinâmica própria que se manifesta em formas específicas. A essas formas pertencem manifestações como tradições orais, o narrar, o cantar, o dançar, práticas sociais, rituais, festas, conhecimentos e as práticas de relacionarem-se com a natureza e com o universo, habilidades artesanais e performáticas.

Seguindo esta perspectiva, entende-se que não há um modelo padrão para o Ponto de Cultura, seja quanto à estrutura física ou mesmo em relação à programação de seu funcionamento. Os Pontos são organizações culturais fortalecidas e reconhecidas institucionalmente ao estabelecer uma parceria com o Estado. Um aspecto comum a todos é a transversalidade da cultura e a gestão compartilhada entre poder público e comunidade. O Ponto de Cultura, de acordo com Turino (2009), não pode ser para as pessoas, e sim das pessoas; é um organizador da cultura em nível local, atuando como um ponto de acolhimento e propagação da cultura. Enquanto um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é uma ferramenta cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim no potencial prático de pessoas e grupos. Ponto de cultura é cultura em processo, desenvolvida com autonomia e protagonismo social.

Segundo Turino (2009), o Ponto de Cultura começa a funcionar legalmente a partir do acordo contratual entre o governo e os proponentes, definindo responsabilidades (do acesso às decisões compartilhadas com a comunidade) e direitos inerentes aos acessos e serviços disponibilizados pelo Ponto. Cabe registrar que as instituições, não surgiram pelo edital, elas já desenvolviam um trabalho, já tinham um mínimo de estrutura e viram no edital da Fundarpe uma oportunidade de serem reconhecidos pelo governo, e se firmarem como agentes multiplicadores.

Com isso, a comunidade onde o Ponto se localiza, pode respirar e trabalhar cultura, se alimentar dessa cultura e divulgá-la, sucessivamente. Alguns são ONG voltadas para a ação socioeducativa; outros são escolas de samba, associações de moradores, quilombos, aldeias indígenas, grupos de teatro, conservatórios, núcleos de extensão universitária, museus, cooperativas de assentamentos rurais. Cada qual com sua especificidade e forma de organização.

Ainda conforme o registro de Turino (2009), durante o processo de implantação e acompanhamento dos Pontos, há tensão. De um lado, as instituições culturais, apropriando-se de

mecanismos de gestão e recursos públicos; de outro, o Estado, com normas de controle e regras rígidas. Essa tensão, de certo modo inevitável, cumpre um papel educativo que, em longo prazo, resultará em mudança em ambos os campos. O objetivo seria uma burocracia mais flexível e adequada à realidade, assim como um movimento social mais bem preparado no trato das questões de gestão, capacitando-se para melhor acompanhar as políticas públicas e o planejamento de suas atividades específicas.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Com o propósito de investigar a subsistência dos Pontos de Cultura nos municípios do Recife e Olinda, considerou-se necessária a execução de uma pesquisa de campo, a fim de levantar informações a respeito dos Pontos de Cultura.

A pesquisa foi do tipo descritiva com abordagem qualitativa, em que se buscou levantar conhecimento a respeito dos Pontos de Cultura, conforme registrado por Miguel e Ho (2010, p. 92), cuja preocupação é o entendimento de um fenômeno para descrever sua existência em uma população e não o desenvolvimento ou o teste de uma teoria, mas sim o provimento de informações para que teorias sejam elaboradas ou refinadas.

3.1 Procedimentos para a coleta de dados

Fizemos uso inicialmente do levantamento e da análise histórico-documental a respeito do Programa Cultura Viva e, em seguida, das tradicionais técnicas de coleta de dados: entrevistas semiestruturada e observação sistemática para o levantamento das informações iniciais. Realizamos as entrevistas junto aos gestores dos Pontos de Cultura conveniados pela Fundarpe. Houve uso do diário de campo, através do qual foi possível considerar a opinião do entrevistado sobre aspectos não contemplados.

Selecionamos, para a amostra da pesquisa empírica, 34 Pontos de Cultura, seguindo como critério de escolha, o fato de serem todos eles devidamente cadastrados e conveniados pela Fundarpe e localizados nos municípios de Recife e Olinda. Com a finalidade de examinar os Pontos de Cultura em atuação, nos respectivos municípios, e observar suas particularidades.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento e da análise histórico-documental a respeito do Programa Cultura Viva, conseguimos discutir sua ação prioritária que é o Ponto de Cultura. Como explanado, essa ação cria condições favoráveis para a consolidação de uma base social da cultura, assegurando a valorização da conversa e troca entre os diversos agentes; o reconhecimento de si no indivíduo que se apresenta; a percepção de sua centralidade no processo de construção do pro-

grama; o surgimento de uma solidariedade imaginária entre figuras distintas ou a possibilidade de balanceamento de energias, a troca de saberes.

A partir disso, são invertidas as formas de abordagens dos grupos sociais, onde o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e os proponentes definem, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicarão os recursos, a exemplo, investimentos na adequação física do espaço, aquisição de equipamentos, realização de oficinas e atividades continuadas, estúdio multimídia, dentre outros. Uma vez que, a inversão da lógica de investir recursos onde há carência e passar a investir em potência criativa, apostando em iniciativas que já existem nas localidades, enquanto organismos pulsantes e vascularizados, que irradiam cultura pelas veias das comunidades, é uma importante característica do programa Cultura Viva, especialmente da ação Pontos de Cultura.

Tão ou mais importante que o recurso é o processo de transformação que o Ponto de Cultura desencadeia: respeito e valorização das pessoas da própria comunidade, novas formas de pactuação entre Estado e sociedade, fortalecimento da autonomia, conexão em rede, intensificação da troca de saberes e fazeres, liberação de sonhos e energias criativas. Os valores que o Ponto de Cultura agrega vão além dos monetários. Em vez de entender a cultura como produto, ela é reconhecida como um processo. Este novo conceito se expressou com o edital de 2004, para seleção dos primeiros Pontos de Cultura.

Encontramos alguns obstáculos para ter acesso aos Pontos, por estarem envolvidos com outras atividades, não se dispuseram a marcar entrevista. As dificuldades também estão relacionadas ao fato de estarem inativos; não conseguir entrar em contato com o Ponto e, até mesmo, não haver interesse, por parte do gestor do Ponto, em participar da entrevista. Quinze gestores se dispuseram a responder o questionário.

Os Pontos de Cultura em atuação nos municípios do Recife e Olinda totalizam dezoito. A princípio, foi possível estabelecer contato com todos. Com o passar do tempo, no entanto, houve alguns problemas para a realização da entrevista. Como, por exemplo, a falta de agenda e até mesmo o esquecimento da data da entrevista por parte dos gestores. Foi possível, contudo, conhecer quinze Pontos de Cultura e assim, realizar a entrevista com seus respectivos gestores.

No momento das entrevistas, dos quinze Pontos que responderam, apenas quatro encontram-se parados. Todavia, tinham previsão de começar as atividades. Elas iniciariam assim que a Fundarpe disponibilizasse o recurso.

As atividades variam de acordo com a característica de cada Ponto. O Ponto de Cultura Almirante do Forte, por exemplo, possui atividades voltadas para o maracatu. O Estrela Brilhante, assim como o Almirante, é um Ponto direcionado para o maracatu e apresenta atividades que focam neste tema, são elas: corte e costura, aulas de percussão e computação.

Já o Ponto de Cultura Bandas Centenárias, Convergência Digital PE não dispõe de atividades físicas, porque como o próprio nome enuncia, é um Ponto digital. Então, funciona 24h em qualquer local do mundo. Conseguindo, assim, trabalhar múltiplas instituições e múltiplas possibilidades de serviços. O Ponto apresenta palestras, partituras, vídeo aula, e-book, apresentação, ensaios, isto se deve a intenção de lidar com 183 bandas filarmônicas.

O Ponto de Cultura Bonecos de Pernambuco realiza atividades pensando na formação de artistas em teatros de bonecos, fazendo um *link* com o audiovisual. Um pensamento muito parecido encontra-se no pessoal do Centro de Capoeira São Salomão – Projeto Caxinguelês, que também expressa em seu nome, seu principal foco de ação, a capoeira. O Ponto possui aulas de informática, leitura e escrita, sambada, capoeira e encontra no audiovisual uma forma de guardar momentos e divulgar o seu trabalho.

O Ponto Circocidadania apresenta uma ampla gama de atividades. As aulas são diversas: malabares, equilíbrio, acrobacia de solo e molas, acrobacia aérea e objetos de manipulação, além de aulas de teatro, dança popular, criatividade literária, canto, música percussiva.

Com uma variedade semelhante a essa, temos o Ponto Daruê Malungo. Lá é possível encontrar aulas de dança, percussão, confecção de fantasias e adereços, artes manuais, confecção de instrumentos, artes plásticas e oficinas de leitura.

Há um Ponto em que as atividades são realizadas preferencialmente na rua, são elas: capoeira, percussão, *breakdance*, danças populares e africanas. Apenas uma é feita na sede, a oficina de leitura. A cada 15 dias, um lugar na cidade é escolhido para levar o que foi produzido nessas atividades, em uma exposição chamada “eco”. Crianças e adolescentes são acompanhadas de uma estrutura e fazem uma apresentação pública a respeito de um determinado tema. Trata-se, portanto, de um recolhimento das superproduções que fazem nas comunidades, sobretudo com foco na área de dança e música percussiva. Esse é o Ponto de Cultura Eco da Periferia, uma Cultura Viva.

Uma proposta semelhante produz o Ponto de Cultura Sankofa – Centro de Formação em Cultura e Tecnologias Afrodescendentes, com o “kizomba”. A proposta do kizomba é resgatar, preservar e divulgar o processo cultural. Assim como o grupo do Eco, este, pensa que não adianta fazer um trabalho com adolescentes, crianças e adultos se eles não têm onde mostrar. As atrações são caboclinho, maracatu, afoxé, bloco de samba, samba, etc. Trata-se de um encontro mensal com o intuito de interagir com outros segmentos culturais da comunidade, e também adjacentes para que eles voltem seu olhar para a cultura popular.

A ideia do Ponto Forró Pé-de-Serra: Formação, Circulação e Memória, é como o nome infere, formar novos talentos do forró, circular com eles e preservar a memória. Para isso, reúnem aulas de: sanfona; percussão; canto; violão; produção musical, programação visual.

Em concordância com a ideia de preservar a memória, neste caso, principalmente do pastoril, temos o Ponto Jornada para o Futuro. No entanto, as atividades não são focadas somente no pastoril, mas também em outras manifestações, como frevo, maracatu, ciranda e forró. O trabalho acontece de acordo com ciclos festivos.

O Ponto de Cultura Seu Malaquias – O Gigante do Alto, também trabalha com ciclos, mais precisamente, o carnavalesco. O Ponto é projetado para a discussão de temas da agremiação, isto é, trabalham basicamente na confecção do tema do desfile, que ocorre durante o carnaval, promovido pela Prefeitura da Cidade do Recife, suas ações estão diretamente ligadas a ações que sirvam para o desfile. Então, as principais atividades são: confecção de adereços, fantasias, alegorias, aulas de dança, etc.

Memória Viva Feminista é o Ponto que faz atividades mensais ou bimensais procurando garantir uma dinâmica para as ações e práticas feministas. As atividades são sempre à noite, na terceira semana do mês. Também ocorrem oficinas de construção da memória, devido ao objetivo de fortalecer a capacidade do movimento e das ativistas produzindo a memória do feminismo, elas são voltadas para um público específico: mulheres, ativistas etc., mas as ações são abertas assim como a biblioteca.

Atividades culturais e educativas com música, artesanato, dança, teatro, xadrez, artes plásticas, capoeira e yoga são suas principais atividades. Há também cursos de áudio e vídeo, desenho gráfico. Com relação aos cursos, quando terminam, os alunos são encaminhados para algumas empresas. Pois o objetivo deste Ponto é divulgar, promover e executar atividades socio-culturais, educacionais e profissionais, com o mais diverso público. Trata-se do Ponto de Cultura Mudando a Vida com a Arte.

O Ponto Um Quilombo Cultural – Grupo Bongar: Jovens da Comunidade Xambá também se preocupa com a formação dos jovens. Por isso, oferece uma oficina de formação, para os jovens da comunidade, em edição de vídeo, fotografia, filmagem. Além disso, também são oferecidas oficinas de dança, percussão, capoeira e vídeo. Assim como o Daruê, o Eco e o Sankofa, o Quilombo Cultural também tem um projeto. Este é realizado todos os anos e é denominado “tem preto na tela”. A princípio este trabalho tinha o formato de mostra, seminário que debatia temas relevantes.

De um modo geral, o tempo que decorre entre a disponibilização, por parte da Fundarpe, de uma e outra parcela para os Pontos de Cultura, é significativo. Devido à complexidade na política de prestação de contas, a qual não cabe ao cidadão que faz cultura no país. Essa cobrança obscura pode ser percebida a partir do depoimento dos entrevistados:

I2: “Os Pontos de Cultura são uma maravilha. São excelentes, estão desenvolvendo cultura ai no país inteiro. Agora a política de ponto de cultura, essa parece que foi muito cruel com muitos pontos de cultura porque muita gente se desestruturou”.

I10: “O grande limite da política foi realmente a parte burocrática e aí esbarra numa coisa geral que é a ausência de um marco regulatório para o acesso da sociedade civil a assuntos públicos. Por que hoje as regras que somos submetidos, são as mesmas impostas para a prefeitura, e a gente faz coisas diferentes. (...) Então esse limite estruturante da relação do estado com a sociedade via o financiamento do fundo público, foi um grande entrave para a organização da política e do seu êxito. Houve muita dificuldade em lidar com essa burocracia, acredito que o grande limite foi esse. Mas é uma política pública de maior relevância”.

Para manter as atividades, os Pontos de Cultura buscam novas formas de subsistência. Muitas vezes, elas se dão por meio de parcerias com outras instituições; através de outros projetos, outros editais; vendas de serviços, como por exemplo, espetáculos, oficinas, palestras, etc.; ceder um dos espaços para aluguel e assim, conseguem gerar renda; existe ainda, os que tiram do próprio salário por amor ao que fazem e por não aceitar que a difusão e transmissão dos saberes sejam interrompidas. Nas falas que seguem isto será pontuado pelos informantes.

I2: “Um pouco de magia, criatividade, muito trabalho e colaboração. É necessário juntar a inteligência com os potenciais que temos. (...) O pouco ou muito depende do quanto você trabalha. O quanto você divulga, o quanto vai buscar”.

I2: “As ações que criamos são autônomas, não esperamos pelo poder público, então vamos fazer. Quando temos o apoio do poder público, a gente garante que essas pessoas que trabalham, porque tudo isso aqui demanda tempo, demanda uma série de coisas. Então se você tem uma verba para pagar essas pessoas, é claro que fortalece, mantém o compromisso ainda mais forte porque você garante que aquelas pessoas vão receber, mas independente disso, tem uma galera que está disposta a fazer com ou sem. Então as atividades são mantidas na medida do possível porque também temos limitações. Também tem o fato de que quando temos o compromisso com o poder público, firmado, temos menos liberdade. Quando não temos, a gente tem menos condições, menos pernas, mas mais liberdade. Esses projetos todos partem de ideais, comprometimento com a vida, com a sociedade, enfim, com aquele foco que é o projeto”.

I4: “Trabalho por amor, porque é isso o que gosto de fazer, porque é gratificante ver profissionais ganhando dinheiro com aquilo que aprendeu”.

É inevitável notar os benefícios que o fato de tornar-se um Ponto de Cultura traz para essas instituições. Primeiramente, com relação ao reconhecimento do trabalho e, com isso, nota-se uma melhoria nas relações. Há uma visibilidade maior para a comunidade a qual o Ponto está inserido, em consequência da fixação em um determinado local, o grupo e o Ponto se fortalecem mutuamente. Em seguida, por possibilitar uma estruturação de equipamentos, por exemplo, proporcionando uma melhoria nas aulas, oficinas, e ações de um modo geral. São muitas as opiniões que reforçam esse pensamento.

I14: “O Ponto de Cultura foi realmente um elemento facilitador e de reconhecimento do mais humilde cidadão que faz cultura no país. Houve uma revolução cultural, o governo deveria ter isso como uma grande imagem, mas como também a cultura não tem muita visibilidade nesse país, o governo não sabe nem como lidar ou como divulgar ou ainda como fazer a visibilidade da importância disso. Então, é a política mais importante, mas ao mesmo tempo com uma fragilidade também maior nessa parte burocrática e que por isso alguns sofreram muito”.

I11: “Pra gente foi legal porque através do Ponto de Cultura a gente conseguiu circular bastante pelo Brasil, participando das teias etc., e isso gerou uma visibilidade para o grupo, comunidade”.

I6: “A ideia reconhece, valoriza seu grupo, sua comunidade. Você tem o reconhecimento de passar em editais. Eu acho que o Ponto de Cultura tem essa visão de se autodenominar, se autossustentar. Você tem uma visão maior fora do estado, com o município e algumas empresas. Você tem um respaldo maior por estar documentado, pode concorrer a outros projetos. Acredito que a grande visão do ponto de cultura é ser registrado”.

I14: “Fazíamos cultura há tanto tempo e o estado não reconhecia então, o reconhecimento público para a gente é importante. A gente sente que faz parte de um país, que está integrado. As ONGS sempre foram vistas de fora, mas a partir do ponto de cultura você se sente integrado, você integra esse país, você se olha com uma visão mais nacional”.

Apenas três Pontos de Cultura acreditam que não houve mudanças ao receber a chancela de Ponto, pois, segundo os mesmos, as pessoas que frequentam, fazem isso por conhecer o trabalho da instituição que, como relatado, não surgiu a partir do edital. Há ainda, quem acredite que não trouxe benefícios, mas reforçou a importância daquele trabalho. Como nas falas a seguir:

I8: “Não mudou porque já fazíamos esse trabalho. Mas deu uma força para produzirmos o curso de deficientes, já que ajudou a comprar os materiais específicos que eu não teria como conseguir. Mas o fardamento eu sempre forneci, a água, o lanche”.

I3: “Não trouxe visibilidade alguma por parte do Estado e em nível da comunidade é que não mesmo. Não achei que mudou não. Minha grande vontade de ser Ponto de Cultura era para abrir as portas”.

Apesar de suas particularidades socioeconômicas, de um modo geral, aconteceram mudanças nos Pontos, mesmo que mínimas, quanto à infraestrutura e aos equipamentos, como investimentos na adequação física do espaço, compra de equipamentos, realização de oficinas e atividades continuadas, estúdio multimídia. Alguns montaram biblioteca, adquiriram uma boa parte de apetrechos ligados ao audiovisual, como: câmera filmadora, câmera fotográfica, equipamentos de iluminação, de som, além de equipamentos específicos para atender as atividades propostas, outros conseguiram até fazer reformas. Repetidamente, três Pontos de Cultura acreditam que não houve melhoras nesses aspectos. Para exemplificar essa divergência de opiniões:

I10: “Isso foi bem relevante. Parte do recurso estava voltada para a estruturação em termos de equipamentos, então a gente realmente conseguiu comprar máquinas fotográficas bacanas, que seriam do kit multimídia, foi bem legal. Compramos computadores portáteis, projetores, tripés para as máquinas fotográficas, gravadores para registrar a memória desses eventos. Vamos adquirir agora uma caixa de som portátil para realizar atividades itinerantes, para melhorar também no cineclube, uma televisão grande para fazermos um vídeo debate, para as atividades correrem melhor”.

I1: “Não. Inclusive tem que melhorar”.

“A cultura está na memória de um povo” **(I5)**. Esse é o desafio predominante nos Pontos. Por esse motivo, os grupos lutam para manter vivas suas características. Tentam documentar algumas referências para que no futuro, uma criança possa desfrutar dos valores e expressões artísticas e culturais de sua comunidade, e desta forma, não perder sua história, sua memória. Entendendo que “o pequeno é que faz o grande, porque o grande não consegue fazer algo tão grande assim” **(I4)**.

I2: “Eu vi o mundo através dos óculos que a capoeira me botou e gostei. Então quando eu digo que quero ensinar capoeira para os jovens e para as crianças, é para de alguma maneira, retribuir também o que a capoeira me deu. Então eu vou fazer isso independente de qualquer coisa, por que é um compromisso que eu tenho com a capoeira”.

Esse é o sentimento que prevalece nos Pontos de Cultura. As instituições promovem suas atividades em decorrência dos seus esforços e de sua vontade de transmitir e propagar saberes, acreditando estar cumprindo um compromisso com a sociedade. E que, para isso, é necessário repassar a história e os valores de sua respectiva etnia. “A cultura conscientiza, transforma, muda. Porque ela é prazerosa” **(I8)**.

Podemos inferir, em concordância com o Catálogo Cultura Viva (2009), que as principais finalidades do programa Cultura Viva, mediadas pelos Pontos de Cultura, estão sendo respeitadas. Na medida em que ocorre a ampliação e garantia do acesso aos meios de produção e difusão cultural, a identificação de parceiros, promoção de pactos com diversos atores sociais governamentais e não governamentais etc., permitindo, por fim, a consumação da cultura enquanto expressão simbólica, econômica e de direito.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Geralmente, pensar cultura é a última coisa que é proporcionada à comunidade. O que a comunidade consome de arte, geralmente são canções que exaltam o machismo, propõe a violência, etc. Com a proposta de trazer a oportunidade de ter uma expressão cultural artística diária, valorizando a cultura local, a partir de uma identidade, o beneficiado direto do projeto

é a comunidade. Através da atuação do Ponto de Cultura, a instituição também contribui com o poder público, que se faz presente por meio do desenvolvimento das atividades culturais dos Pontos. Portanto, trata-se de uma política de cooperação mútua.

Um fator característico observado nos Pontos de Cultura foi a capacidade de agregar pessoas, independente de formação, idade e nível socioeconômico.

Na rede do Ponto de Cultura, verificou-se que as instituições conseguiram ver suas atividades repercutindo com outros programas, com outros Pontos de Cultura do Estado e até do país, através dessa teia nacional que o programa Cultura Viva propõe. Transmitindo reconhecimento e capacidade de atuação cultural para a instituição.

O Ponto de Cultura é uma ação que auxilia na realização de atividades culturais nas comunidades. A efetivação das atividades depende da cooperação dos atores culturais. Já que o Ponto não conta com um modelo pré-determinado de estrutura ou programação. Por este motivo, encontramos algumas dificuldades para o avanço do projeto, mas não trouxe grandes problemas ou alteração nos resultados.

A política dos Pontos indica que a questão da cultura não se limita a uma específica cadeia de valor que seria cada vez mais importante, mas investe no conjunto das atividades econômicas, exatamente na medida em que essas se tornam cada vez mais cognitivas e que, pois, seus processos de valorização se tornam imediatamente culturais. A implementação da Lei Cultura Viva trouxe uma ratificação desta importância. Os Pontos de Cultura agora figuram uma política de estado e não mais de gestão, ou melhor, se firmam como algo da obrigação do estado fomentar, o que é muito importante, principalmente para um estado que tem como marca forte a sua diversidade cultural.

Assim, essa ação cria condições favoráveis para a consolidação de uma base social da cultura, assegurando meios mais perenes para a conquista de bibliotecas, teatros, centros culturais dinâmicos, museus vivos e políticas de fomento à formação, produção e difusão cultural. A partir disso, são invertidas as formas de abordagens dos grupos sociais, onde o Ministério da Cultura diz quanto pode oferecer e os proponentes definem, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicarão os recursos. Dessa maneira, o Programa Cultura Viva e sua principal ação, os Pontos de Cultura – que tinham como objetivo reconhecer e investir em ações culturais geridas por grupos e instituições que já têm uma trajetória com resultados impactantes dentro do campo que atuam –, contribuíram para o fortalecimento da legitimidade e credibilidade perante outros parceiros, possibilitou a articulação em redes com Pontos diversos de todas as regiões do país e ampliou a mobilização de recursos da instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CATÁLOGO CULTURA VIVA. *Programa Cultura Viva da Secretaria de Cidadania Cultural do Ministério da Cultura (SCC/MinC)* – Brasil. 2009. Disponível em: < <http://issuu.com/teia2010/docs/culturaviva>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

FICHTNER, Bernd. *Práticas culturais para uma perspectiva intercultural*. Palestra para “Semana de Educação” na USP - 22 de set. 2008. Disponível em: <http://www.bildung.unisiegen.de/mitarbeiter/fichtner/dokumente/portugiesisch/praticas_culturais_para_uma_perspectiva_intercultural.pdf>. Acesso em 12 de jan. de 2015.

FIORIN, José Luiz. *Construção da identidade nacional*, São Paulo: Bakhtiniana, 2009.

LAPLANTINE, François. *Aprender antropologia*. Tradução Marie Agnes Chauvel; prefácio Maria Isaura Pereira Queiroz. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MIGUEL, Paulo Augusto Cauchic, e HO, L.L. “Levantamento tipo *survey*”. In: MIGUEL, P.A.C. *Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Viva cultura viva do povo brasileiro*, Brasília: Museu AfroBrasil, 2007.

MONTES, Maria Lúcia. O ideário da cultura brasileira. In: *Discurso de abertura da TEIA*, Brasília: Cultura em ação, 2007.

RIMBAUD, Arthur apud. LEITÃO, Cláudia Souza. *Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: novos mapas conceituais*. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

TURINO, Célio. *Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.